



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TOCANTINS

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS**

CAMPUS PALMAS

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

CARLOS ANTONIO DA SILVA PEREIRA

**UTILIZAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL NA AUTOMATIZAÇÃO DE
PAGAMENTO DE DIÁRIAS A SERVIDORES NO PODER EXECUTIVO FEDERAL:
Análise de caso na Unidade Estadual do IBGE no Tocantins**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Palmas/TO

2018

CARLOS ANTONIO DA SILVA PEREIRA

**UTILIZAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL NA AUTOMATIZAÇÃO DE
PAGAMENTO DE DIÁRIAS A SERVIDORES NO PODER EXECUTIVO FEDERAL:
Análise de caso na Unidade Estadual do IBGE no Tocantins**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão pública, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Lourival Gonçalves da Glória
Coorientadora: Elanne Costa Glória

**Palmas/TO
2018**

Pereira, Carlos Antonio da Silva Pereira
UTILIZAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL NA AUTOMATIZAÇÃO DE
PAGAMENTO DE DIÁRIAS A SERVIDORES NO PODER EXECUTIVO FEDERAL
- Análise de caso na Unidade Estadual do IBGE no Tocantins / Carlos Antonio da
Silva Pereira – Palmas, 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto
Federal de Educação do Tocantins, Campus Palmas, 2018.
54 páginas

Orientador: Prof. Lourival Gonçalves da Glória
Coorientadora: Elanne Costa Glória

1. Certificação Digital 2. Eficiência 1. Título

CARLOS ANTONIO DA SILVA PEREIRA

**UTILIZAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL NA AUTOMATIZAÇÃO DE
PAGAMENTO DE DIÁRIAS A SERVIDORES NO PODER EXECUTIVO FEDERAL:**

Análise de caso na Unidade Estadual do IBGE no Tocantins

Trabalho de Conclusão de apresentado
ao Curso Superior de Tecnologia em
Gestão Pública, como requisito para
obtenção de título de Tecnólogo em
Gestão Pública

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. LOURIVAL GONÇALVES DA GLÓRIA (Orientador)
Especialista

Prof.^a ELANNE COSTA GLÓRIA (Coorientadora)
Mestre

Prof. FLÁVIO ELIZIÁRIO DE SOUZA
Mestre

Prof. RICARDO DIAS FREIRE TAVARES
Especialista

PALMAS, TO
2018

Resumo

A evolução tecnológica, juntamente com o desenvolvimento de pesquisas e a elaboração de ferramentas que facilitem as tarefas nas mais diversas áreas da sociedade, avança de maneira descomunal em todos os setores do Brasil e do mundo. Dentre estas áreas está o Setor Público, que se beneficia de tais avanços para uma melhor elaboração dos seus processos de trabalho, buscando a eficiência em suas tarefas. Com vistas a esse cenário, o presente trabalho visa apresentar uma análise da utilização da certificação digital na automatização dos processos de trabalho no Poder Executivo Federal, mais especificamente no pagamento de diárias a Servidores Públicos, com ênfase em um estudo de tal tarefa na Unidade estadual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Tocantins.

Abstract

Technological evolution, together with the development of research and the elaboration of tools that facilitate the tasks in the most diverse areas of society, advances in an extraordinary way in all sectors of Brazil and the world. Among these areas is the Public Sector, which benefits from such advances to better elaborate their work processes, seeking efficiency in their tasks. In view of this scenario, this paper aims to present an analysis of the use of digital certification in the automation of work processes in the Federal Executive Branch, more specifically in the payment of daily rates to Public Servants, focusing on a study of such task in the Unidade Estadual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Tocantins.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Fluxograma de execução de diárias do governo federal	22
---	----

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Quantitativo de viagens por dias de duração	25
Gráfico 2 – Quantitativo de viagens por dias de antecedência de solicitação . .	25
Gráfico 3 – Quantidade de viagens por prazo de autorização do Proponente . .	26
Gráfico 4 – Quantidade de viagens por prazo de autorização do Ordenador de Despesas	27
Gráfico 5 – Quantidade de viagens por prazo de Execução Financeira	28
Gráfico 6 – Quantidade de viagens por prazo de Prestação de Contas	29
Gráfico 7 – Quantidade de viagens - Prazo entre Solicitação e Execução Finan- ceira	30

Lista de diagramas

Lista de tabelas

Tabela 1 – Cronograma de Atividades	23
Tabela 2 – Resumo dos dados coletados (2017)	24
Tabela 3 – Comparativos de procedimentos operacionais - 2006 x 2009 x 2017	32

Lista de abreviaturas e siglas

CF	Constituição Federal
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENCE	Escola Nacional de Ciências Estatísticas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE-UE/TO	Unidade Estadual do IBGE no Tocantins
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
PCDP	Proposta de Concessão de Diárias e Passagens
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal

Sumário

1	INTRODUÇÃO	12
2	PROBLEMA DA PESQUISA	14
3	JUSTIFICATIVA	15
4	OBJETIVOS	16
4.1	Objetivo Geral	16
4.2	Objetivos Específicos	16
5	REVISÃO DE LITERATURA	17
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
7	CRONOGRAMA	23
8	RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
8.1	Duração das Viagens	24
8.2	Antecedência das Solicitações no Sistema	25
8.3	Prazos para Autorização do Proponente	26
8.4	Prazos para Autorização do Ordenador de Despesas	27
8.5	Prazos para Execução Financeira (Pagamento de Diárias)	28
8.6	Prazos para Prestações de Contas da Viagem pelo Servidor	28
8.7	Prazos Gerais desde a Solicitação até o Pagamento das Diárias	29
8.8	Comparativo - Processos Físicos Anteriores x Processos Auto- matizados	31
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	Referências	34
	APÊNDICES	36
	APÊNDICE A – SOLICITAÇÕES DE DIÁRIAS ANALISADAS	38

1 INTRODUÇÃO

O princípio da **eficiência**, implantado através da Emenda Constitucional n.º 19, de 04 de junho de 1998, veio para atender os anseios do Estado de modernizar os seus processos de trabalho com vistas a adequar a sua realidade ao crescente desenvolvimento da sociedade e as demandas da mesma pela busca de uma administração pública mais moderna, dinâmica e que atenda as realidades atuais com devida fidedignidade temporal (BRESSER, 1995). Com a inclusão desde princípio, o artigo 37 da Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988) passou a vigorar com o seguinte texto:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”

Através da aplicação da eficiência no serviço público, não basta o agente realizar suas tarefas dentro das normas que lhe são impostas, mas também o fazer da melhor maneira possível, buscando uma otimização dos recursos humanos, materiais e de infraestrutura que sua organização dispõe, devendo atender as expectativas dentro das linhas administrativas, econômica e técnica (MEIRELLES, 2005).

Uma das aplicações da eficiência na Administração Pública Federal que se torna bastante evidente é a sistemática de pagamento de Diárias a servidores em viagem, para realização de atividades pertinentes à sua função. Acerca deste valor devido ao servidor, a Lei n.º 8.112/1990 (BRASIL, 1990), que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, cita em seu artigos 58:

“Art. 58. O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.”

Para um melhor detalhamento das normas acerca do pagamento de diárias a servidores, imposto através do Regime Jurídico, foi publicado o Decreto n.º 5.992 (BRASIL, 2006), que regulamentou a questão e implantou, através de seu artigo 12-A, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), que tem como principal objetivo a conciliação da execução do pagamento de diárias e passagens com a aplicação da eficiência disposta no art. 37 da CF.

“Art. 12-A. O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é de utilização obrigatória pelos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.”

“Parágrafo único. Todos os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão estar adaptados ao disposto no **caput** até 31 de dezembro de 2008.”

A implantação do SCDP foi um marco nas atividades de solicitação, aprovação, pagamento e controle das viagens realizadas pelos servidores na esfera federal, tornando a sua utilização obrigatória a todos os órgãos da administração direta, autarquias e fundações a partir do exercício de 2009, uniformizando os procedimentos e dando segurança administrativa e jurídica para todos os atos dos agentes que fazem parte do processo (ENAP, 2016).

A utilização deste novo sistema tornou obsoleta a utilização de processo físico em papel para realização e controle das etapas do mesmo, visto que, eletronicamente, o próprio SCDP se encarrega de armazenar as ações e registros de atividades realizadas, bem como admitir que documentos importantes que devam constar no processo sejam anexados em cada solicitação, salvando nos servidores eletrônicos os arquivos de maneira permanente, cujas consultas podem ser realizadas a qualquer tempo, seja para fins de informações administrativas ou controles de auditorias internas e externas pertinentes aos órgãos de controle responsáveis (ENAP, 2016).

Ao mesmo passo que o sistema passou a abolir a obrigatoriedade de utilização de papel para a realização do pagamento de diárias e passagens, houve a necessidade de utilização de uma ferramenta digital que garantisse a segurança dos agentes envolvidos em todas as etapas do processo, bem como a integridade dos dados inseridos e o sigilo dos dados de acesso dos envolvidos.

Para atender a integridade de informações, o SCDP adota um conjunto de regras de certificação digital, que endossa a veracidade das informações prestadas e a identidade dos usuários, tornando o gasto de recursos públicos mais confiável e a qualidade dos dados de transparência mais seguras (ENAP, 2016).

Ao longo do presente trabalho, serão analisados os casos de pagamento de diárias no SCDP em um órgão específico, de modo a se obter macro e microdados centralizados para uma melhor análise.

No caso específico, foi escolhida a Unidade estadual do IBGE no Tocantins, cujos pagamentos de diárias analisados se referem ao ano-exercício de 2017, mantendo-se sua identidade omitida no presente trabalho de modo a se estabelecer a correta aplicação das normas internas daquela instituição e os requisitos éticos que o caso demanda.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

Segundo Pena (2008) um desafio que deve ser enfrentado pelos gestores públicos, na busca de melhores produtos e serviços disponibilizados para a sociedade, consiste na implantação de um instrumento que vise avaliar a questão da eficiência no setor público. Ademais, conforme o mesmo autor, este instrumento, deverá medir de maneira quantitativa e qualitativa, vinculando os gastos públicos com o painel e necessidades atuais, de modo a se obter dados que possam subsidiar a adoção de novas práticas que otimizem os processos (PEÑA, 2008).

Desta forma, neste trabalho busca a resposta para a seguinte questão: como a implantação de um sistema de processo eletrônico, sem a utilização de documento físico em papel, influenciou qualitativa e quantitativamente na eficiência da organização?

3 JUSTIFICATIVA

Um estudo da rotina administrativa de maneira mais enfática pode apresentar resultados que demonstrem falhas ou inadequações no processo, tanto na totalidade como em partes isoladas de tarefas. Isso leva á apontamentos de recursos ociosos ou mal aplicados, bem como uma demanda de trabalho que possa prejudicar sobremaneira o processo em determinada etapa (VAZ, 2008).

A análise de caso do presente trabalho se justifica na necessidade de se mensurar a eficiência na administração pública, através de verificação de casos concretos onde tal princípio norteia a realização das etapas do processo.

Assim, os resultados desta pesquisa, podem eventualmente, ser considerados insumos informativos que norteiem determinadas ações no desenvolvimento eficiente de tarefas, tanto no órgão estudado quanto em outros que apliquem atividades semelhantes e são abrangidos pela mesma legislação deste,,: atividade também aplicada no setor privado, conhecida como “benchmarking” (JARDIM, 2011).

A utilização da ferramenta de avaliação de experiências empíricas em uma organização, seja ela pública ou privada, é de suma importância para se mensurar a qualidade de aplicação de um novo processo, seja ele em micro ou macro-aplicação dentro da instituição e de outras que queiram partilhar das informações para a sua realidade. Essa análise pode, inclusive, fornecer dados objetivos que permitam a fixação de metas e avaliações de desempenho mais fidedignas com a situação real (CAMP, 1998).

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

- Avaliar, através de estudo de caso, a aplicação da certificação digital para o pagamento de diárias a servidores públicos da Unidade Estadual do IBGE no Tocantins, analisando o impacto desta tarefa no cumprimento do princípio da Eficiência da Administração Pública pelo órgão.

4.2 Objetivos Específicos

- Verificar quantitativamente os prazos realizados para cada uma das etapas de solicitação, aprovação, pagamento e controle de realização de cada um dos procedimentos realizados;
- Analisar qualitativamente o impacto positivo ou negativo do processamento eletrônico das tarefas e da abolição dos processos físicos no pagamento das diárias, através de indicadores objetivos e subjetivos no órgão.

5 REVISÃO DE LITERATURA

O foco de análise do presente trabalho partiu de atribuições impostas através de legislação, que normatiza todas as atividades do setor público brasileiro. Neste caso em especial foi verificada a competência constitucional que respalda o princípio de eficiência na esfera pública, em seu art. 37 (BRASIL, 1988).

Para uma análise mais aprofundada e específica da aplicação da eficiência na esfera pública, foi delimitada um estudo acerca do pagamento de diárias a servidores do poder executivo federal na Unidade Estadual do IBGE no Tocantins. Para que haja uma análise legítima de ato público disposto em legislação, verificou-se que o direito ao recebimento de diárias pelos servidores está descrito no art. 58 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais (BRASIL, 1990).

A viabilidade de realização do presente estudo se torna evidenciada nas palavras de Cláudia Antico e Paulo de Martino de Jannuzzi, que afirmam:

“O acesso crescentemente facilitado às informações mais estruturadas – de natureza administrativa e estatística – que as novas tecnologias de informação e comunicação viabilizam também tem contribuído para a disseminação do uso dos indicadores na gestão pública”

(JANNUZZI; ANTICO, 2016).

Por este crescimento de informações disponibilizadas com a implantação dos diversos sistemas, a análise de eficiência torna-se de suma importância para subsidiar a otimização dos processos de trabalho para uma adequação correta na realidade, que apresenta mudanças com frequências cada vez maiores, o que exige um nível de flexibilidade nos processos de trabalho adequados, conforme explicita José Carlos Vaz:

“Ao se pensar na gestão ou no redesenho de processos, é necessário levar em conta que os processos não existem descontextualizados. Não caem do céu. Processos estão vinculados a organizações ou a redes de organizações articuladas na cadeia de suprimentos de uma política pública. São operados por pessoas concretas, inseridas em um ambiente social. Portanto, os processos estão expostos à influência da cultura organizacional, dos objetivos e estratégias organizacionais, às normas e políticas organizacionais. Da mesma forma, estão submetidos a um ambiente, incluindo a regulação interna e externa das organizações, a tecnologia disponível, os condicionantes econômicos, culturais, sociais etc. Não é possível analisar um processo sem identificar claramente suas relações com o ambiente interno e externo das organizações a que pertence.

(...)

Do lado eficiência, exige que os gestores dediquem atenção à eliminação de tarefas desnecessárias, ou seja, aquelas que não agregam valor aos clientes do processo, sejam eles internos ou externos à organização.”

(VAZ, 2008)

A Unidade Estadual do IBGE no Tocantins (IBGE-UE/TO), órgão analisado pelo presente trabalho, faz parte da estrutura do IBGE a nível estadual, sendo responsável pelos 139 municípios do estado do Tocantins. Foi institucionalizada no organograma da Instituição através de seu Regimento Interno (Portaria do Ministério do Planejamento nº 215, de 12 de agosto de 2004), cujo texto segue:

Art. 3. A Fundação IBGE tem a seguinte estrutura:

I - órgãos colegiados de direção superior:

a) Conselho Técnico; b) Conselho Curador; e c) Conselho Diretor.

II - órgão de assistência direta e imediata ao presidente:

a) Gabinete – GPR.

III - órgãos seccionais:

a) Auditoria Interna - AUD; b) Procuradoria Federal – PF; 1. Coordenação para Assuntos de Contencioso – PF/COACONT: 1.1. Serviço de Precatórios Judiciais – COACONT/SEPREC; 2. Coordenação para Assuntos de Consultoria – PF/COACON; 3. Divisão de Relação com as Unidades Descentralizadas – PF/DIRUD: 3.1. Serviço Jurídico Regional Sul – DIRUD/SEJUR/SUL; 3.2. Serviço Jurídico Regional Sudeste – DIRUD/SEJUR/SE; 3.3. Serviço Jurídico Regional Nordeste – DIRUD/SEJUR/NE; e 3.4. Serviço Jurídico Regional Centro-Oeste – DIRUD/SEJUR/CO. 4. Serviço de Apoio às Coordenações – PF/SEACO. 3 c) Diretoria-Executiva – DE: 1. Coordenação de Orçamento e Finanças – DE/COF; 2. Coordenação de Planejamento e Supervisão – DE/CPS; 3. Coordenação de Recursos Humanos – DE/CRH; e 4. Coordenação de Recursos Materiais – DE/CRM.

IV - órgãos específicos singulares:

a) Diretoria de Pesquisas – DPE: 1. Coordenação de Agropecuária – DPE/COAGRO; 2. Coordenação de Contas Nacionais – DPE/CONAC; 3. Coordenação de Índices de Preços – DPE/COINP; 4. Coordenação de Indústria – DPE/COIND; 5. Coordenação de Métodos e Qualidade – DPE/COMAQ; 6. Coordenação de População e Indicadores Sociais – DPE/COPIS; 7. Coordenação de Serviços e Comércio – DPE/COSEC; e 8. Coordenação de Trabalho e Rendimento – DPE/COREN. b) Diretoria de Geociências – DGC: 1. Coordenação de Cartografia – DGC/CCAR; 2. Coordenação de Estruturas Territoriais – DGC/CETE; 3. Coordenação de Geodésia – DGC/CGED; 4. Coordenação de Geografia – DGC/CGEO; e 5. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais – DGC/CREN. c) Diretoria de Informática – DI: 1. Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas – DI/COADS; 2. Coordenação de Metodologia e Banco de Dados – DI/COBAD; e 3. Coordenação de Serviços de Informática – DI/COINF. d) Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI: 1. Coordenação de Atendimento Integrado – CDDI/COATI; 2. Coordenação de Marketing - CDDI/COMAR; 3. Coordenação de Produção – CDDI/COPRO; e 4. Coordenação de Projetos Especiais - CDDI/COPES. e) Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE: 1. Coordenação de Graduação – ENCE/CEGRAD; e 2. Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento – ENCE/CTA.

V- órgãos descentralizados:

a) Unidade Estadual do IBGE no Acre – UE/AC; b) Unidade Estadual do IBGE em Alagoas – UE/AL; c) Unidade Estadual do IBGE no Amapá – UE/AP; d) Unidade Estadual do IBGE no Amazonas – UE/AM; e) Unidade Estadual do IBGE na Bahia – UE/BA; f) Unidade Estadual do IBGE no Ceará – UE/CE; g) Unidade Estadual do IBGE no Distrito Federal – UE/DF; 4 h) Unidade Estadual do IBGE no Espírito Santo – UE/ES; i) Unidade Estadual do IBGE em Goiás

– UE/GO; j) Unidade Estadual do IBGE no Maranhão – UE/MA; k) Unidade Estadual do IBGE em Mato Grosso – UE/MT; l) Unidade Estadual do IBGE em Mato Grosso do Sul – UE/MS; m) Unidade Estadual do IBGE em Minas Gerais – UE/MG; n) Unidade Estadual do IBGE no Pará – UE/PA; o) Unidade Estadual do IBGE na Paraíba – UE/PB; p) Unidade Estadual do IBGE no Paraná – UE/PR; q) Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco – UE/PE; r) Unidade Estadual do IBGE no Piauí – UE/PI; s) Unidade Estadual do IBGE no Rio de Janeiro – UE/RJ; t) Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Norte – UE/RN; u) Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul – UE/RS; v) Unidade Estadual do IBGE em Rondônia – UE/RO; w) Unidade Estadual do IBGE em Roraima – UE/RR; x) Unidade Estadual do IBGE em Santa Catarina – UE/SC; y) Unidade Estadual do IBGE em São Paulo – UE/SP; z) Unidade Estadual do IBGE em Sergipe – UE/SE; e **aa) Unidade Estadual do IBGE em Tocantins – UE/TO.**

Grifo nosso

(BRASIL, 2004)

A competência dos trabalhos realizados na Unidade Estadual do IBGE no Tocantins também está instituída no Regimento Interno, mais especificamente em seu artigo 77, que segue:

Art. 77. Às Unidades Estaduais do IBGE compete planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Fundação IBGE no limite de suas jurisdições.

(BRASIL, 2004)

Quanto a certificação digital utilizada no serviço público federal, cabe citar também que toda e qualquer atividade realizada nesse âmbito, como procedimentos de utilização, órgão fiscalizadores e competências institucionais, devem ser balizadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil - Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, instituído pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, cujo texto cita:

Art. 1. Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Art. 2. A ICP-Brasil, cuja organização será definida em regulamento, será composta por uma autoridade gestora de políticas e pela cadeia de autoridades certificadoras composta pela Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz, pelas Autoridades Certificadoras - AC e pelas Autoridades de Registro - AR.

Art. 3. A função de autoridade gestora de políticas será exercida pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, vinculado à Casa Civil da Presidência da República e composto por cinco representantes da sociedade civil, integrantes de setores interessados, designados pelo Presidente da República, e um representante de cada um dos seguintes órgãos, indicados por seus titulares:

I - Ministério da Justiça;

II - Ministério da Fazenda;

III - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

IV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
V - Ministério da Ciência e Tecnologia;
VI - Casa Civil da Presidência da República; e
VII - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
(...)
(BRASIL, 2001)

A utilização do SCDP também está detalhada na Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação (SLTI) nº 3, de 11 de fevereiro de 2015:

(...) Art. 11. Conforme previsto no art. 12-A, do Decreto nº 5.992, de 19 de março de 2006, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP é de utilização obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional para a concessão, o registro, o acompanhamento, a gestão e o controle de diárias e de passagens e envio de informações para a Controladoria Geral da União - CGU.

(...)

Art. 12. Todas as viagens no âmbito de cada órgão ou entidade devem ser registradas no SCDP, mesmo nos casos de afastamento sem ônus ou com ônus limitado.

(BRASIL, 2015)

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Através de estudo de caso, foi analisado o processo automatizado solicitação, aprovação e pagamento de diárias na Unidade Estadual do IBGE no Tocantins, por meio da identificação das principais etapas que visam buscar eficiência nas tarefas de cada tarefa neste processo.

De maneira geral, procura-se identificar, através da análise de tempo utilizado em cada tarefa e a ação realizada por cada agente integrante do processo, os aspectos gerenciais utilizados pelo órgão, enfocando questões referentes à difusão e abrangência dessas inovações.

Em relação à difusão, busca-se identificar o conjunto de agentes e o conjunto de práticas utilizadas, por meio das competências atribuídas a cada servidor no processo, e se está sendo realizada dentro das normativas aplicadas.

Em relação à abrangência, busca-se identificar o impacto dessas inovações na organização. Para isso, haverá uma análise de todos os processos automatizados do ano de 2017, visando apurar dados relevantes à pesquisa, como prazos, tempestividade, coerência e uniformidade nos processos.

Com os dados obtidos, o foco de análise torna-se a identificação de fatores que tenham exercido influência (positiva ou negativa) no processo de eficiência no interior a organização: os fatores de influência, facilitadores e obstáculos.

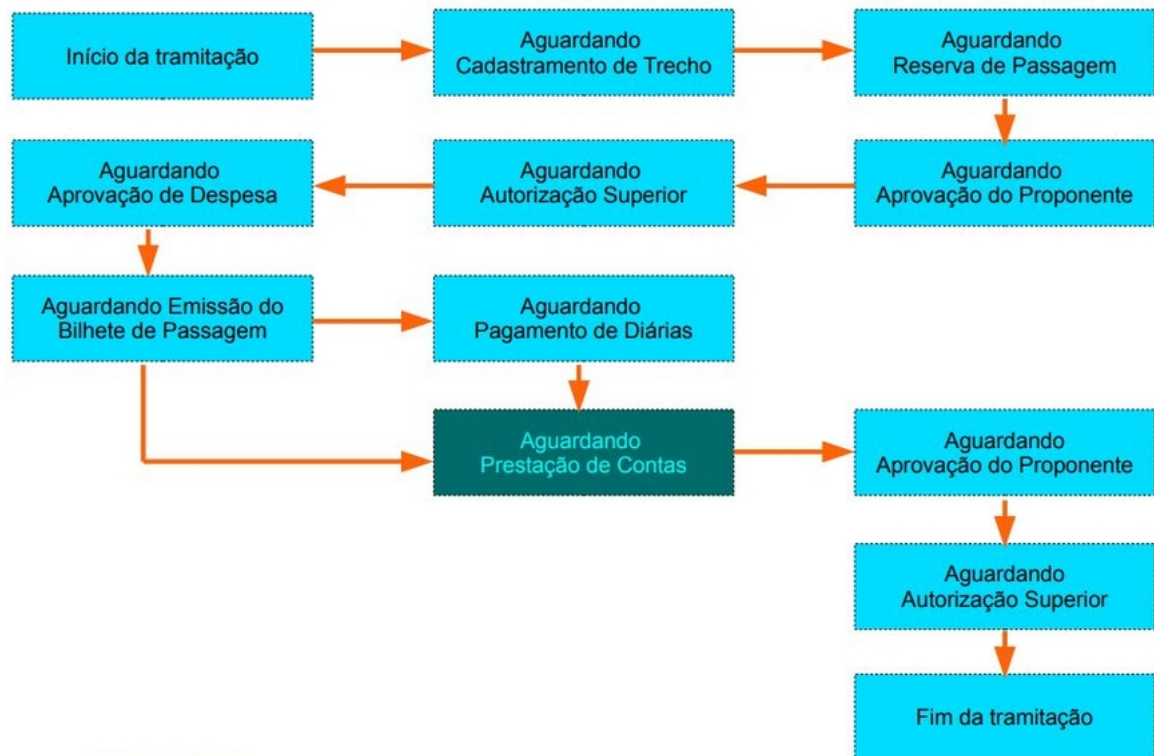
O presente trabalho segue a linha qualitativa de estudo de caso, analisando-se situações reais que foram enfrentadas dentro da organização, a fim de se obter dados levando-se em consideração 3 (três) aspectos:

- A natureza da experiência a ser realizada;
- O conhecimento que se pretende alcançar na obtenção dos dados; e
- A possibilidade de generalização das informações através da aplicação do método.

Atendendo a esta tríplice lista, os dados coletados estarão devidamente fundamentados, seguindo assim o resultado que é desejado adquirir (CESAR, 2005).

Analizou-se cada processo eletrônico, em todas as suas fases de tramitação, com contagem de tempo utilizado para realização em cada uma delas, que são apresentadas no quadro que segue:

Figura 1 – Fluxograma de execução de diárias do governo federal



FONTE: www.scdp.gov.br

<http://www.scdp.gov.br/>

Foi realizada, também, pesquisa de levantamento, com enfoque nas informações coletadas sobre data e horário de cada trâmite, bem como os agentes responsáveis pelo processo.

7 CRONOGRAMA

Tabela 1 – Cronograma de Atividades

	2018							
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Elaboração de pré-projeto	X							
Submissão à banca examinadora		X						
Coleta de dados			X	X				
Tabulação dos dados obtidos					X			
Análise dos dados					X	X	X	
Apresentação dos resultados								X

8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme proposto no projeto inicial do presente trabalho, foram analisados os processos eletrônicos de pagamento de diárias aos servidores lotados na Unidade Estadual do IBGE no Tocantins ao longo do ano de 2017.

No total, foi efetivamente executado o montante de R\$474.681,59 (quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e nove centavos), distribuídos dentre os 1115 (mil cento e quinze) processos de solicitação de diárias a viagens a serviço.

Visando uma melhor delimitação do universo de estudo, bem como tornar viável a análise dos dados dentro do prazo estipulado, tendo em vista que a quantidade de dados disponíveis, foi delimitado o conjunto de 150 (cento e cinquenta) processos a serem analisados por amostra.

Todas as viagens analisadas seguem em Relatório apensado ao presente trabalho, para fins de validação e veracidade de informações. Cabe também ressaltar que toda a coleta realizada foi feita com respaldo na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11, de 18 de novembro de 2011) e nenhum dado coletado infringiu qualquer regra de sigilo ou preservação de dados legais.

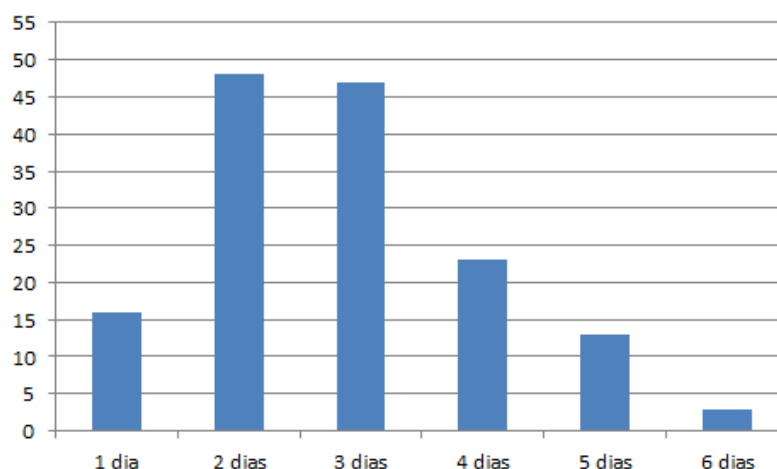
Tabela 2 – Resumo dos dados coletados (2017)

Quantidade total de processos no ano:	1115
Valor total de diárias no ano:	R\$474.681,59
Quantidade de processos analisados:	150
Valor total analisado:	R\$62.451,50
Porcentagem de amostra (quantidade):	13,45%
Poscentagem de amostra (valores):	13,15%

8.1 Duração das Viagens

Com base nos períodos de viagem de cada solicitação, constatou-se que as viagens solicitadas tiveram um período de 1 dia (aquelas onde o servidor partia e retornava ao município sede no mesmo dia) até 6 dias de duração, conforme quantitativo abaixo:

Gráfico 1 – Quantitativo de viagens por dias de duração

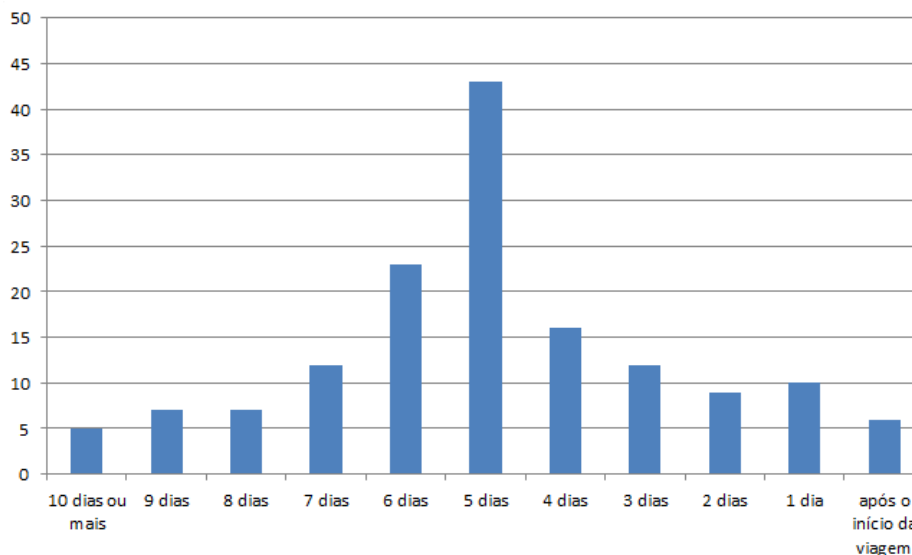


Pelo gráfico 1, nota-se que a maioria das viagens analisadas (63,33%) duraram de 2 a 3 dias. Isso se deve ao fato da Unidade buscar padronizar seus trabalhos levando em conta o histórico de tarefas realizadas naquele mesmo município para o mesmo trabalho, já conscientizando ao servidor otimizar seu tempo de trabalho para a racionalização dos recursos públicos utilizados.

8.2 Antecedência das Solicitações no Sistema

De acordo com a Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação (SLTI) nº 3, as viagens devem ser solicitadas no SCDP com uma antecedência mínima de 10 dias ao início da viagem, para que os procedimentos de aprovação e pagamento devam ser realizados no tempo correto. Porém, não foi uma realidade constatada na presente pesquisa, conforme dados:

Gráfico 2 – Quantitativo de viagens por dias de antecedência de solicitação



Pelo gráfico, verifica-se que a Unidade não consegue atender, em sua totalidade, à Instrução Normativa pertinente.

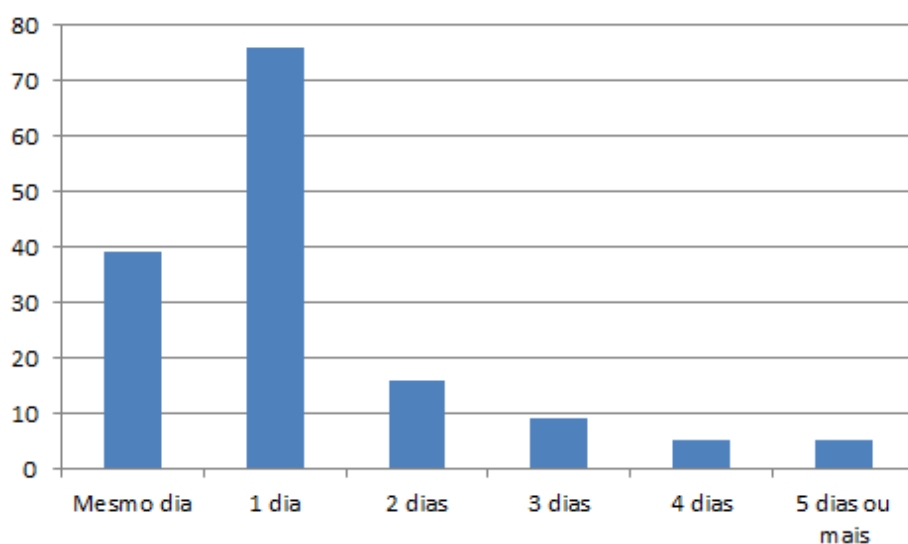
Para um melhor entendimento da presente situação, verificou-se a realidade enfrentada pela Unidade, e, dentro outros pontos, foram apontadas as causas para a realização das solicitações com antecedência menor que a estabelecida. São elas:

- Acúmulo de funções administrativas e técnicas nas Agências espalhadas pelo estado, onde as mesmas são responsáveis pelas solicitações no sistema;
- Alta demanda de realizações de pesquisas nos municípios, diminuindo o tempo disponível dos servidores para realização de atividades secundárias e de suporte;
- Situações imprevistas no decorrer dos trabalhos, que demandaram viagens urgentes para realizações dos serviços;
- Instabilidade periódica no repasse de recursos do IBGE Nacional para a Unidade Estadual, dificultando a realização dos trabalhos no cronograma de planejamento;
- Dentre outros.

8.3 Prazos para Autorização do Proponente

Após a solicitação, o processo eletrônico segue para autorização do Proponente, que é a figura ligada à realização das pesquisas, que verifica a viabilidade da viagem e o atendimento do cronograma dos trabalhos e da demanda de serviço a se realizar no município de destino. Os dados coletados acerca desse prazo segue abaixo:

Gráfico 3 – Quantidade de viagens por prazo de autorização do Proponente



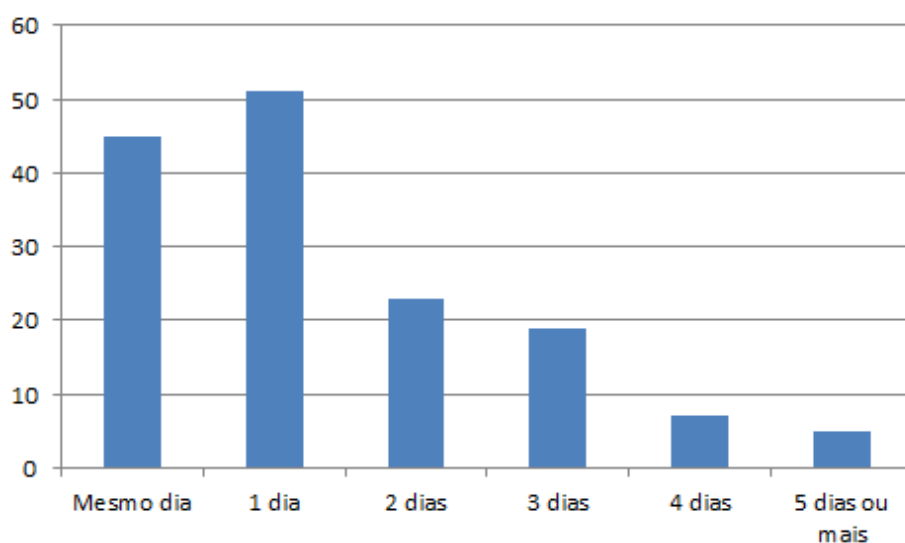
As autorizações realizadas no SCDP pelo Proponente, pelo exposto acima, ocorreram em sua maioria até 1 dia depois da solicitação realizada. A realidade constatada foi que esta figura, realizada pelo Gerente de Planejamento e Supervisão, detinha o conhecimento prévio das atividades a serem realizadas, e a aprovação no sistema apenas refletia a pronta ciência das viagens a serem realizadas.

As solicitações realizadas previamente por email, antes de serem lançadas no sistema, auxiliaram nos insumos necessários para a celeridade do procedimento de aprovação.

8.4 Prazos para Autorização do Ordenador de Despesas

Após a aprovação do Proponente, o processo eletrônico segue para autorização do Ordenador de Despesas, que é o representante maior do órgão no estado, que analisa a solicitação com um vies gerencial e orçamentário, verificando se os valores solicitados podem ser atendidos com base no montante disponível nos saldos das contas da Unidade. Os prazos analisados seguem:

Gráfico 4 – Quantidade de viagens por prazo de autorização do Ordenador de Despesas

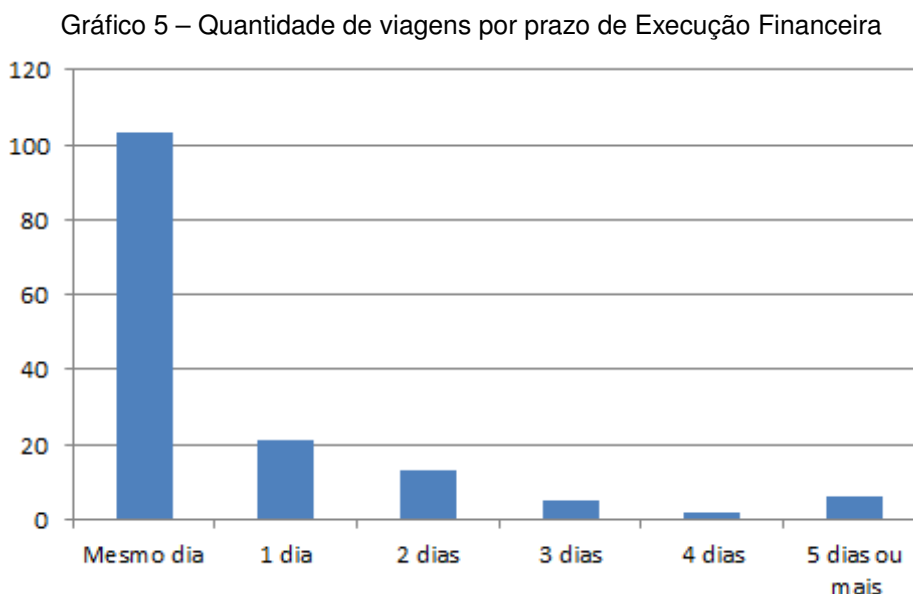


Os resultados apresentados neste item demonstra que as aprovações do Ordenador de Despesas foram realizadas, em sua maioria, até o dia seguinte à aprovação do Proponente.

Nesta questão foi observada uma boa interação entre a Gerência de Planejamento e Supervisão e a Chefia da Unidade. Este relacionamento é refletido no bom andamento dos processos eletrônicos das viagens, onde o fluxo de aprovações foram céleres e eficientes.

8.5 Prazos para Execução Financeira (Pagamento de Diárias)

Após a aprovação do Ordenador de Despesas, o processo eletrônico segue para Execução Financeira, que é a fase de pagamento das diárias ao servidor. Os prazos coletados foram:



Ao analisar os procedimentos de execução, foi constatado que o SCDP é totalmente integrado ao SIAFI, otimizando as etapas do processo e permitindo a realização da tarefa de geração da Ordem bancária com apenas alguns cliques. Por isto, pelos dados coletados, a execução financeira realizada foi praticamente instantânea, onde os casos com mais de 1 dia de prazo se deram por situações adversas aos procedimentos normais de trabalho, que são:

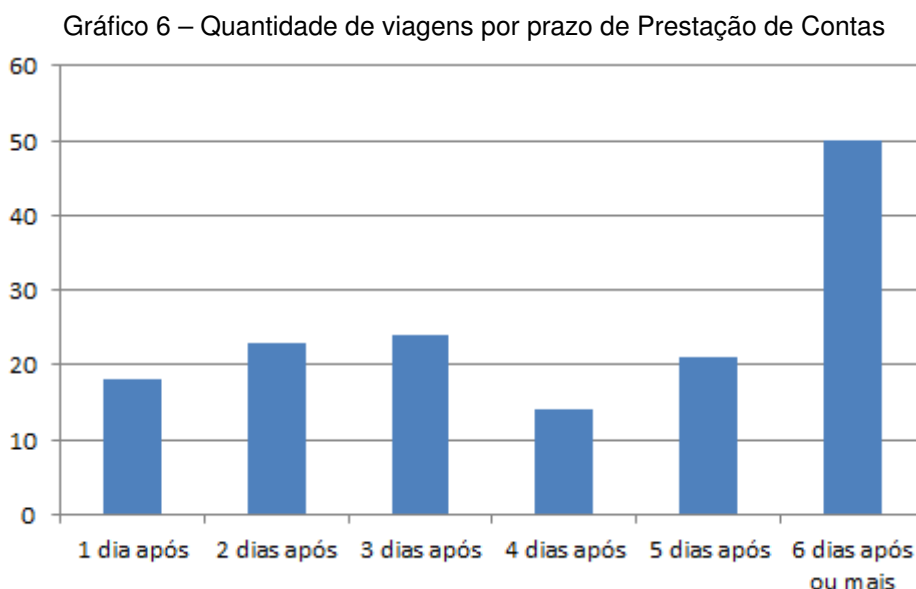
- Falta de repasses de recursos por parte da Sede do órgão;
- Deficit entre os recursos orçamentários repassados e os limites de recursos financeiros obtidos através de tributos federais.

8.6 Prazos para Prestações de Contas da Viagem pelo Servidor

Após o pagamento da viagem, da realização da viagem e do retorno do servidor para o município sede de trabalho do mesmo, o processo eletrônico segue para a Prestação de Contas da Viagem, onde o servidor informa se a viagem foi ou não realizada, se a mesma foi realizada conforme a solicitação inicial e, se não, quais foram as alterações realizadas ao longo da viagem.

De acordo com a Instrução Normativa, o servidor tem o prazo de 5 dias úteis após o fim da viagem para a realização da prestação de contas.

Ao analisar a data do início da prestação de contas, foi constatado o seguinte:



O dado alarmante constatado foi que os servidores que realizaram as viagens, na maioria das vezes, fizeram a prestação de contas fora do prazo legal estabelecido. Para tal situação, foram apuradas as seguintes situações que levaram as viagens a terem seu prazo extrapolado:

- Realização de viagem na semana subsequente, onde o servidor não permaneceu no município sede, já emendando outra viagem logo em seguida, sem realizar a devida prestação de contas da primeira viagem;
- Excesso de trabalho no município sede, onde alguns servidores erroneamente deixaram a prestação de contas da viagem em segundo plano;
- Esquecimento dos servidores, realizando a prestação de contas apenas quando alertados pelo sistema (o SCDP encaminha diariamente e-mail para o servidor que realizou a viagem, o lembrando da tarefa pendente);
- Dentre outros.

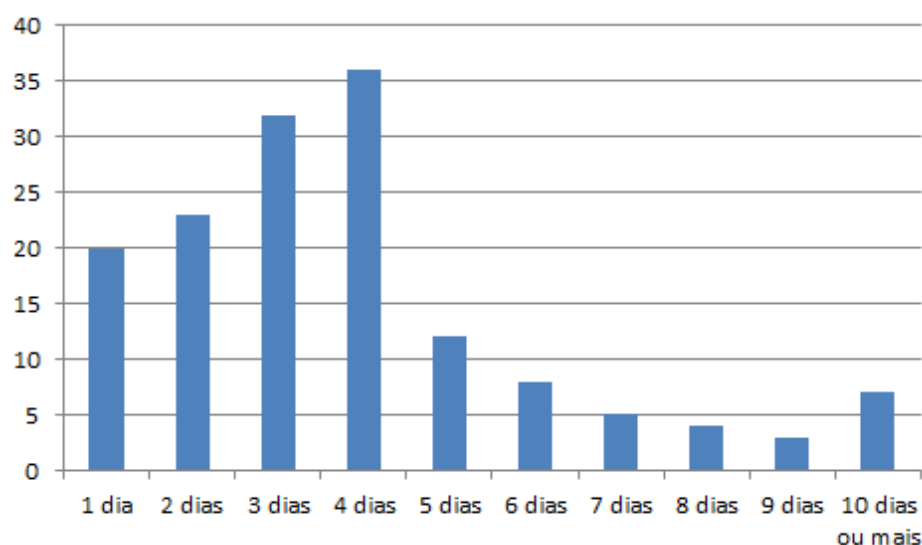
8.7 Prazos Gerais desde a Solicitação até o Pagamento das Diárias

Para fins de uma análise conjunta de todas as etapas dos processos eletrônicos de solicitação de diárias, verificaram-se os prazos desde o momento da solicitação da viagem até a fase de pagamento de diárias.

Como o principal foco da análise desse item é a eficiência na realização dos processos, desconsiderou-se, aqui, a fase da prestação de contas, que demanda uma ação de usuários alheios às tarefas administrativas necessárias para o bom andamento dos pagamentos das viagens, que, legal e moralmente, exigem a sua realização antes do início das viagens.

Os dados coletados foram:

Gráfico 7 – Quantidade de viagens - Prazo entre Solicitação e Execução Financeira



Pelo gráfico, nota-se que os procedimentos gerais de solicitação até a efetivação de pagamento levaram, no máximo e geralmente, até 4 dias de prazo. Os casos que demandaram mais tempo se enquadraram em uma das seguintes situações:

- Demora entre o início da solicitação até o encaminhamento do processo para a autorização do Proponente;
- Análise mais criteriosa de determinadas viagens pelo Proponente e pelo Ordenador de Despesas, que, em alguns casos, foram retornadas para o Solicitante para alterações necessárias para adequação à realidade da Unidade e às demandas de trabalho;
- Ausência de recursos orçamentários e/ou financeiros em imediato, onde os processos tiveram que aguardar o repasse dos recursos para atendimento das solicitações;
- Ausência, por quaisquer motivos (férias, afastamentos, atestados, etc.), de algum agente do processo (Solicitante, Proponente, Ordenador de Despesas ou Gestor Financeiro);
- Dentre outros.

8.8 Comparativo - Processos Físicos Anteriores x Processos Automatizados

Após todas as análises realizadas, tanto nas questões de prazos como na qualidade do trabalho realizado pela Unidade Estadual do IBGE no Tocantins, há a necessidade de se comparar os procedimentos atuais com os procedimentos realizados em outros cenários anteriores no mesmo órgão.

Pela análise dos trabalhos efetivados em anos anteriores, destacaram-se 3 (três) anos com procedimentos diferentes realizados na Unidade. São eles:

- Ano de 2006 - Processos de diárias realizados em meio físico, onde a documentação era encaminhada via malote para a Unidade Estadual do IBGE no Distrito Federal para os devidos pagamentos (Unidade do Tocantins não realizava procedimentos descentralizados de pagamento);
- Ano de 2009 - Implantação do SCDP na Unidade, porém com processos físicos que deveriam dar suporte ao processo eletrônico (cada servidor possuía um processo por viagem realizada);
- Ano de 2017 - Ano de estudo do presente Trabalho, onde as tarefas foram realizadas unicamente em ambiente eletrônico.

Nos anos de 2006 e 2009, foram analisadas as solicitações de viagem na mesma proporção do espaço amostral do trabalho em tela, ou seja, aproximadamente 13% do universo.

Infelizmente, devido ao longo tempo decorrido desde 2006 e 2009, e a disponibilidade dos processos físicos no órgão, foi possível apenas analisar os seguintes dados:

- Data inicial da solicitação;
- Verificação da data da Ordem Bancária realizada;

Estas informações foram obtidas de duas maneiras:

- 1) Processos de 2006: Foram verificados os processos in loco, na Unidade Estadual do IBGE no Distrito Federal, através de visita técnica realizada na segunda quinzena de junho/2018;
- 2) Processos de 2009: Foram analisados os processos físicos que estavam arquivados na Unidade Estadual do IBGE no Tocantins, em visita técnica realizada na primeira quinzena de junho/2018.

Com essas informações, foi possível obter os dados necessários para a comparação de eficiência no procedimento em questão. Assim, apuraram-se os seguintes prazos médios entre a solicitação inicial da viagem até a efetivação do pagamento:

Tabela 3 – Comparativos de procedimentos operacionais - 2006 x 2009 x 2017

Ano	Prazo médio entre a solicitação da viagem e o pagamento das diárias
2006	25,6 dias
2009	9,3 dias
2017	3,8 dias

Cabe também ressaltar que, ao longo do processo de implantação da automatização dos processos presentes, houveram algumas dificuldades por parte dos servidores, principalmente aqueles com mais idade, que tiveram dificuldades com a ambientação na Tecnologia da informação. Tal dificuldade foi superada ao longo dos anos, com investimento em capacitação básica de conhecimentos de computadores e suporte no sistema para lançamentos nas fases iniciais.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica claro, através de todos os dados analisados, contabilizados e apresentados, que a implantação dos procedimentos automatizados para as solicitações de viagem foram peça-chave para a redução do espaço de tempo necessário para conclusão das tarefas demandadas na execução dos pagamentos de diárias aos servidores da Unidade Estadual do IBGE no Tocantins.

Isto comprova, teórica e empiricamente, que a utilização da certificação digital para o estabelecimento da fé pública dos atos e fatos da Administração Pública via sistema interferem drástica e positivamente na eficiência dos trabalhos executados no órgão.

Através da presente análise, fica constatada também a premissa principal que a utilização da Tecnologia da Informação está diretamente ligada com o aumento da eficiência nos processos de trabalho e gestão administrativa da esfera pública. Logo, sua implementação é de suma importância para o desenvolvimento da gestão pública e das boas práticas realizadas pelos gestores em todos os âmbitos da Administração Pública.

Referências

- BRASIL. Constituição Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília/DF, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.112. *Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais*, Brasília, 1990.
- BRASIL. Medida Provisória nº 2.200-2. *Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil*, Brasília/DF, 2001.
- BRASIL. Portaria MP nº 215/2004. *Regimento Interno da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE*, Brasília/DF, 2004.
- BRASIL. Decreto nº 5.992. *Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências*, Brasília/DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5992.htm>. Acesso em: 25/01/2018.
- BRASIL. Instrução Normativa nº 3. *Diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional*, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, Brasília, 2015.
- BRESSER, L. C. Estado, Aparelho do Estado e Sociedade Civil. In: *ENAP*. Brasília/DF: [s.n.], 1995. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/523/1/4texto.pdf>>.
- CAMP, R. C. *Beanchmarking – O Caminho da Qualidade Total*. 3. ed. São Paulo: Pioneiros, 1998.
- CESAR, A. M. R. V. C. *Método do Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração*. 2005. 23 p. Tese (Administração de Empresas) — Universidade de São Paulo, São Paulo/SP. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf>. Acesso em: 25/01/2018.
- ENAP. Regras e Fundamentos do SCDP. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <http://www.sef.eb.mil.br/sef/images/a2/assessoria2/scdp/2016/Manuais/modulos/Modulo_1_-_Visao_Geral_do_Sistema_de_Concessao_de_Diarias_e_Passagens.pdf>. Acesso em: 25/01/2018.
- JANNUZZI, P. de M.; ANTICO, C. Indicadores e a Gestão de Políticas Públicas. *Revista da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE*, Rio de Janeiro?RJ, 2016. Disponível em: <file:///E:/Users/carlos.s.pereira/Downloads/INDICADORES_E_A_GESTAO_DE_POLITICAS_PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 25/01/2018.
- JARDIM, R. Benchmarking na gestão pública: fácil e necessário. *Jornal Opção*, Goiânia/GO, n. 1872, 2011. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/colunas/contradicao/benchmarking-na-gestao-publica-facil-e-necessario>>. Acesso em: 25/01/2018.
- MEIRELLES, H. L. *Direito Administrativo Brasileiro*. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

PEÑA, C. R. Um Modelo de Avaliação da Eficiência da Administração Pública através do Método Análise Envoltória de Dados (DEA). *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba/PR, v. 12, n. 1, p. 83 – 106, Jan/Mar 2008.

VAZ, J. C. Processos de trabalho no setor público: gestão e redesenho. In: *Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/arquivos/VAZ_Jose_Mapeamento.pdf>. Acesso em: 25/01/2018.

Apêndices

Número da Solicitação	Nome do Proposto	Período		Trecho			Quant. Diárias	Total (R\$)
		Início	Término	Origem	Destino	Meio de Transporte		
000209/17	EURICO RODRIGUES MONTEIRO	03/01/2017	04/01/2017	Colinas do Tocantins (TO)	Palmas (TO)	Veículo Oficial	1	200,6
		04/01/2017	04/01/2017	Palmas (TO)	Retorno para Colinas do Tocantins (TO)	Rodoviário	0,5	100,3
Sub-Total							1,5	300,9
000210/17	EURICO RODRIGUES MONTEIRO	06/01/2017	06/01/2017	Colinas do Tocantins (TO)	Palmas (TO)	Rodoviário	0	0
		06/01/2017	06/01/2017	Palmas (TO)	Retorno para Colinas do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	100,3
Sub-Total							0,5	100,3
000232/17	ROSIRENE RIBEIRO DA SILVA	11/01/2017	13/01/2017	Colinas do Tocantins (TO)	Goianorte (TO)	Veículo Oficial	2	354
		13/01/2017	13/01/2017	Goianorte (TO)	Retorno para Colinas do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
000234/17	EURICO RODRIGUES MONTEIRO	11/01/2017	13/01/2017	Colinas do Tocantins (TO)	Pequizeiro (TO)	Veículo Oficial	2	354
		13/01/2017	13/01/2017	Pequizeiro (TO)	Retorno para Colinas do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
000249/17-1C	FRANK HENRIQUE BARBOSA BOMFIM	19/01/2017	21/01/2017	Colinas do Tocantins (TO)	Bandeirantes do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	2	354
		21/01/2017	21/01/2017	Bandeirantes do Tocantins (TO)	Retorno para Colinas do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
000253/17	FRANK HENRIQUE BARBOSA BOMFIM	31/01/2017	03/02/2017	Colinas do Tocantins (TO)	Itapiratins (TO)	Veículo Oficial	3	531
		03/02/2017	03/02/2017	Itapiratins (TO)	Retorno para Colinas do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
000254/17-1C	EURICO RODRIGUES MONTEIRO	31/01/2017	02/02/2017	Colinas do Tocantins (TO)	Goianorte (TO)	Rodoviário	2	354
		02/02/2017	02/02/2017	Goianorte (TO)	Retorno para Colinas do Tocantins (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
000389/17	CARLOS ANDRE ARRAIS MOURA	12/01/2017	13/01/2017	Araguatins (TO)	Palmas (TO)	Veículo Oficial	1	200,6
		13/01/2017	13/01/2017	Palmas (TO)	Retorno para Araguaatins (TO)	Veículo Oficial	0,5	100,3
Sub-Total							1,5	300,9
000403/17	CHARLETE MELO DA SILVA BARROS	16/01/2017	19/01/2017	Araguaína (TO)	Xambioá (TO)	Rodoviário	3	531
		19/01/2017	19/01/2017	Xambioá (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5

002203/17	LEONARDO BRAGA DUARTE	20/02/2017	23/02/2017	Araguaína (TO)	Babaçulândia (TO)	Veículo Oficial	3	531
		23/02/2017	23/02/2017	Babaçulândia (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
003608/17-1C	RAFAEL TELES PEREIRA	13/03/2017	17/03/2017	Gurupi (TO)	Formoso do Araguaia (TO)	Veículo Oficial	4	708
		17/03/2017	17/03/2017	Formoso do Araguaia (TO)	Retorno para Gurupi (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							4,5	796,5
003611/17-1C	LUCAS ALMEIDA VILARINHO	13/03/2017	17/03/2017	Porto Nacional (TO)	Ponte Alta do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	4	708
		17/03/2017	18/03/2017	Ponte Alta do Tocantins (TO)	Retorno para Porto Nacional (TO)	Veículo Oficial	1,5	265,5
Sub-Total							5,5	973,5
003736/17	MARILENE PINTO DE ARAUJO	13/03/2017	14/03/2017	Dianópolis (TO)	Taguatinga (TO)	Rodoviário	1	177
		14/03/2017	14/03/2017	Taguatinga (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
003737/17-1C	SILVEIRINHA GUIMARAES LIMA	15/03/2017	17/03/2017	Dianópolis (TO)	Arraias (TO)	Veículo Oficial	2	354
		17/03/2017	17/03/2017	Arraias (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
003751/17	SARUESLEY WILKENS NOLETO DE CASTRO	14/03/2017	15/03/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Pedro Afonso (TO)	Rodoviário	1	177
		15/03/2017	15/03/2017	Pedro Afonso (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
003860/17	LUCAS BENJAMIM BARROS DE MOURA	20/03/2017	22/03/2017	Araguaína (TO)	Goiatins (TO)	Veículo Oficial	2	354
		22/03/2017	22/03/2017	Goiatins (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
003861/17	CHARLETE MELO DA SILVA BARROS	20/03/2017	22/03/2017	Araguaína (TO)	Filadélfia (TO)	Rodoviário	2	354
		22/03/2017	22/03/2017	Filadélfia (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
003978/17-1C	JAILSON CARVALHO SILVA	20/03/2017	22/03/2017	Araguaína (TO)	Palmas (TO)	Rodoviário	2	401,2
		22/03/2017	22/03/2017	Palmas (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Rodoviário	0,5	100,3
Sub-Total							2,5	501,5
004120/17	MARILENE PINTO DE ARAUJO	21/03/2017	22/03/2017	Dianópolis (TO)	Natividade (TO)	Rodoviário	1	177
		22/03/2017	22/03/2017	Natividade (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
004121/17	MARCOS ALVES	20/03/2017	23/03/2017	Dianópolis (TO)	Taguatinga (TO)	Veículo Oficial	3	531

004126/17-1C	TEIXEIRA	23/03/2017	23/03/2017	Taguatinga (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
004126/17-1C	MARCOS ALVES TEIXEIRA	13/03/2017	14/03/2017	Dianópolis (TO)	Palmas (TO)	Veículo Oficial	1	200,6
		14/03/2017	14/03/2017	Palmas (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Rodoviário	0,5	100,3
Sub-Total							1,5	300,9
004166/17	PABLO DIAS ANDRADE	21/03/2017	22/03/2017	Paraíso do Tocantins (TO)	Cristalândia (TO)	Veículo Oficial	1	177
		22/03/2017	22/03/2017	Cristalândia (TO)	Retorno para Paraíso do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
004225/17-1C	FERNANDO CEZAR RODRIGUES POVOA	21/03/2017	22/03/2017	Dianópolis (TO)	Palmas (TO)	Rodoviário	1	200,6
		22/03/2017	22/03/2017	Palmas (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	100,3
Sub-Total							1,5	300,9
004235/17	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA DE ASSIS	20/03/2017	22/03/2017	Araguatins (TO)	Palmas (TO)	Rodoviário	2	401,2
		22/03/2017	22/03/2017	Palmas (TO)	Retorno para Araguaatins (TO)	Rodoviário	0,5	100,3
Sub-Total							2,5	501,5
004242/17-1C	SARUESLEY WILKENS NOLETO DE CASTRO	21/03/2017	24/03/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Guaraí (TO)	Veículo Oficial	3	531
		24/03/2017	24/03/2017	Guaraí (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
004293/17	ALDERCIO DINIZ GUSMAO	16/03/2017	16/03/2017	Tocantinópolis (TO)	Araguaína (TO)	Rodoviário	0	0
		16/03/2017	16/03/2017	Araguaína (TO)	Retorno para Tocantinópolis (TO)	Veículo Oficial	0	0
Sub-Total							0	0
004311/17	GERISVALDO PEREIRA DA SILVA	21/03/2017	22/03/2017	Gurupi (TO)	Palmas (TO)	Veículo Oficial	1	200,6
		22/03/2017	22/03/2017	Palmas (TO)	Retorno para Gurupi (TO)	Veículo Oficial	0,5	100,3
Sub-Total							1,5	300,9
004320/17	RENATO PABLO OLIVEIRA DE SOUSA	20/03/2017	22/03/2017	Tocantinópolis (TO)	Palmas (TO)	Rodoviário	2	401,2
		22/03/2017	22/03/2017	Palmas (TO)	Retorno para Tocantinópolis (TO)	Rodoviário	0,5	100,3
Sub-Total							2,5	501,5
004363/17	MARCOS ALVES TEIXEIRA	30/03/2017	31/03/2017	Dianópolis (TO)	Natividade (TO)	Veículo Oficial	1	177
		31/03/2017	31/03/2017	Natividade (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
004364/17	ROGERS RIBEIRO	27/03/2017	29/03/2017	Dianópolis (TO)	Lavandeira (TO)	Veículo Oficial	2	354

006532/17-1C	SILVEIRINHA GUIMARAES LIMA	17/04/2017	19/04/2017	Dianópolis (TO)	Ponte Alta do Bom Jesus (TO)	Veículo Oficial	2	354
		19/04/2017	19/04/2017	Ponte Alta do Bom Jesus (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
006704/17	CELIO COSTA LACERDA	24/04/2017	28/04/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Tocantínia (TO)	Veículo Oficial	4	708
		28/04/2017	28/04/2017	Tocantínia (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							4,5	796,5
006705/17	DENIS RIBEIRO DE CASTRO CASTANHEIRA	24/04/2017	28/04/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Tocantínia (TO)	Veículo Oficial	4	708
		28/04/2017	28/04/2017	Tocantínia (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							4,5	796,5
006963/17	GERISVALDO PEREIRA DA SILVA	24/04/2017	27/04/2017	Gurupi (TO)	Paraná (TO)	Veículo Oficial	3	531
		27/04/2017	27/04/2017	Paraná (TO)	Retorno para Gurupi (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
006965/17-1C	PASSIO ROBERTO DO CARMO FILHO	26/04/2017	28/04/2017	Paraíso do Tocantins (TO)	Caseara (TO)	Rodoviário	2	354
		28/04/2017	28/04/2017	Caseara (TO)	Retorno para Paraíso do Tocantins (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
006967/17	MATEUS CESAR CERQUEIRA ANTONIO BARBOSA	24/04/2017	25/04/2017	Gurupi (TO)	Paraná (TO)	Veículo Oficial	1	177
		25/04/2017	26/04/2017	Paraná (TO)	São Salvador do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	1	177
		26/04/2017	27/04/2017	São Salvador do Tocantins (TO)	Palmeirópolis (TO)	Veículo Oficial	1	177
		27/04/2017	27/04/2017	Palmeirópolis (TO)	Retorno para Gurupi (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
006969/17	THIAGO HENRIQUE DE MOURA OLIVEIRA	24/04/2017	26/04/2017	Gurupi (TO)	Talismã (TO)	Veículo Oficial	2	354
		26/04/2017	26/04/2017	Talismã (TO)	Retorno para Gurupi (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
006999/17	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA DE ASSIS	25/04/2017	25/04/2017	Araguatins (TO)	Buriti do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0	0
		25/04/2017	26/04/2017	Buriti do Tocantins (TO)	Esperantina (TO)	Veículo Oficial	1	177
		26/04/2017	27/04/2017	Esperantina (TO)	São Sebastião do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	1	177
		27/04/2017	27/04/2017	São Sebastião do Tocantins (TO)	Retorno para Araguaatins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
		03/05/2017	03/05/2017	Araguatins (TO)	Sítio Novo do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0	0

007119/17	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA DE ASSIS	03/05/2017	04/05/2017	Sítio Novo do Tocantins (TO)	São Miguel do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	1	177
		04/05/2017	05/05/2017	São Miguel do Tocantins (TO)	Itaguatins (TO)	Veículo Oficial	1	177
		05/05/2017	05/05/2017	Itaguatins (TO)	Retorno para Araguaatins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
007134/17	CELIO COSTA LACERDA	02/05/2017	03/05/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Rio Sono (TO)	Veículo Oficial	1	177
		03/05/2017	05/05/2017	Rio Sono (TO)	Lizarda (TO)	Veículo Oficial	2	354
		05/05/2017	05/05/2017	Lizarda (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
007140/17	DENIS RIBEIRO DE CASTRO CASTANHEIRA	02/05/2017	03/05/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Rio Sono (TO)	Veículo Oficial	1	177
		03/05/2017	05/05/2017	Rio Sono (TO)	Lizarda (TO)	Veículo Oficial	2	354
		05/05/2017	05/05/2017	Lizarda (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
012051/17	ZENEIDE MARIA DA SILVA	12/06/2017	14/06/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Palmas (TO)	Rodoviário	2	401,2
		14/06/2017	14/06/2017	Palmas (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Rodoviário	0,5	100,3
Sub-Total							2,5	501,5
012053/17	DENIS RIBEIRO DE CASTRO CASTANHEIRA	12/06/2017	14/06/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Palmas (TO)	Rodoviário	2	401,2
		14/06/2017	14/06/2017	Palmas (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Rodoviário	0,5	100,3
Sub-Total							2,5	501,5
012079/17	SILVEIRINHA GUIMARAES LIMA	11/06/2017	16/06/2017	Dianópolis (TO)	Palmas (TO)	Rodoviário	5	1.003,00
		16/06/2017	16/06/2017	Palmas (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Rodoviário	0,5	100,3
Sub-Total							5,5	1.103,30
012083/17	SARUESLEY WILKENS NOLETO DE CASTRO	12/06/2017	13/06/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Pedro Afonso (TO)	Rodoviário	1	177
		13/06/2017	13/06/2017	Pedro Afonso (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
012154/17	LEONARDO BRAGA DUARTE	19/06/2017	21/06/2017	Araguaína (TO)	Filadélfia (TO)	Rodoviário	2	354
		21/06/2017	21/06/2017	Filadélfia (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
012158/17	GUSTAVO HENRIQUE COELHO ASSUNCAO	19/06/2017	22/06/2017	Araguaína (TO)	Goiatins (TO)	Veículo Oficial	3	531
		22/06/2017	22/06/2017	Goiatins (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
	TALLIANA LETICIA	13/06/2017	14/06/2017	Porto Nacional (TO)	Palmas (TO)	Veículo Oficial	1	200,6

012203/17	JOANA LÉIA PEREIRA SANTANA	14/06/2017	14/06/2017	Palmas (TO)	Retorno para Porto Nacional (TO)	Rodoviário	0,5	100,3
Sub-Total							1,5	300,9
012204/17	JAILMA SOARES DOS REIS	13/06/2017	14/06/2017	Porto Nacional (TO)	Palmas (TO)	Veículo Oficial	1	200,6
		14/06/2017	14/06/2017	Palmas (TO)	Retorno para Porto Nacional (TO)	Rodoviário	0,5	100,3
Sub-Total							1,5	300,9
012243/17	YOUSSEF REVY RIBEIRO DE CARVALHO	08/06/2017	08/06/2017	Paraíso do Tocantins (TO)	Palmas (TO)	Rodoviário	0	0
		08/06/2017	08/06/2017	Palmas (TO)	Retorno para Paraíso do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0	0
Sub-Total							0	0
012295/17	DENIS RIBEIRO DE CASTRO CASTANHEIRA	08/06/2017	08/06/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Palmas (TO)	Rodoviário	0	0
		08/06/2017	08/06/2017	Palmas (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0	0
Sub-Total							0	0
012449/17	FERNANDO BARROS SOUSA	26/06/2017	27/06/2017	Araguaína (TO)	Santa Fé do Araguaia (TO)	Veículo Oficial	1	177
		27/06/2017	27/06/2017	Santa Fé do Araguaia (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
012460/17-2C	THALLIS VIANA DA SILVA	19/06/2017	22/06/2017	Paraíso do Tocantins (TO)	Cristalândia (TO)	Rodoviário	3	531
		22/06/2017	22/06/2017	Cristalândia (TO)	Retorno para Paraíso do Tocantins (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
012461/17	PASSIO ROBERTO DO CARMO FILHO	20/06/2017	23/06/2017	Paraíso do Tocantins (TO)	Abreulândia (TO)	Veículo Oficial	3	531
		23/06/2017	23/06/2017	Abreulândia (TO)	Retorno para Paraíso do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
012650/17	GERISVALDO PEREIRA DA SILVA	14/06/2017	14/06/2017	Gurupi (TO)	Palmas (TO)	Rodoviário	0	0
		14/06/2017	14/06/2017	Palmas (TO)	Retorno para Gurupi (TO)	Veículo Oficial	0	0
Sub-Total							0	0
012774/17-1C	RENATO PABLO OLIVEIRA DE SOUSA	09/06/2017	09/06/2017	Tocantinópolis (TO)	Araguaína (TO)	Rodoviário	0	0
		09/06/2017	09/06/2017	Araguaína (TO)	Retorno para Tocantinópolis (TO)	Veículo Oficial	0	0
Sub-Total							0	0
012775/17	RENATO PABLO OLIVEIRA DE SOUSA	16/06/2017	16/06/2017	Tocantinópolis (TO)	Araguaína (TO)	Veículo Oficial	0	0
		16/06/2017	16/06/2017	Araguaína (TO)	Retorno para Tocantinópolis (TO)	Rodoviário	0	0
Sub-Total							0	0
	SARUESLEY	19/06/2017	23/06/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Guaraí (TO)	Veículo Oficial	4	708

012778/17	WILKENS NOLETO DE CASTRO	23/06/2017	23/06/2017	Guaraí (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							4,5	796,5
012845/17	ROGERS RIBEIRO VASCONCELOS	22/06/2017	23/06/2017	Dianópolis (TO)	Natividade (TO)	Veículo Oficial	1	177
		23/06/2017	23/06/2017	Natividade (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
012869/17	WELLINGTON MACEDO COUTINHO	13/06/2017	13/06/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Miranorte (TO)	Rodoviário	0	0
		13/06/2017	13/06/2017	Miranorte (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Rodoviário	0	0
Sub-Total							0	0
012875/17	PASSIO ROBERTO DO CARMO FILHO	26/06/2017	29/06/2017	Paraíso do Tocantins (TO)	Abreulândia (TO)	Veículo Oficial	3	531
		29/06/2017	29/06/2017	Abreulândia (TO)	Retorno para Paraíso do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
012895/17	RANGEL ROCHA DA SILVA	19/06/2017	19/06/2017	Colinas do Tocantins (TO)	Palmas (TO)	Rodoviário	0	0
		19/06/2017	19/06/2017	Palmas (TO)	Retorno para Colinas do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	100,3
Sub-Total							0,5	100,3
012947/17	DENIS RIBEIRO DE CASTRO CASTANHEIRA	27/06/2017	29/06/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Pedro Afonso (TO)	Veículo Oficial	2	354
		29/06/2017	29/06/2017	Pedro Afonso (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
012948/17	ZENEIDE MARIA DA SILVA	22/06/2017	23/06/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Pedro Afonso (TO)	Rodoviário	1	177
		23/06/2017	23/06/2017	Pedro Afonso (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
013109/17	JACKSON DOS SANTOS SILVA	27/06/2017	27/06/2017	Palmas (TO)	Colinas do Tocantins (TO)	Rodoviário	0	0
		27/06/2017	28/06/2017	Colinas do Tocantins (TO)	Araguaína (TO)	Rodoviário	1	177
		28/06/2017	29/06/2017	Araguaína (TO)	Tocantinópolis (TO)	Veículo Oficial	1	177
		29/06/2017	30/06/2017	Tocantinópolis (TO)	Araguatins (TO)	Veículo Oficial	1	177
		30/06/2017	30/06/2017	Araguatins (TO)	Retorno para Palmas (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
013114/17	EXPEDITO GUEDES DOS SANTOS NETO	28/06/2017	30/06/2017	Palmas (TO)	Tocantinópolis (TO)	Veículo Oficial	2	354
		30/06/2017	30/06/2017	Tocantinópolis (TO)	Retorno para Palmas (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
013116/17	DIEGO HENRIQUE DE MOURA	28/06/2017	30/06/2017	Palmas (TO)	Tocantinópolis (TO)	Veículo Oficial	2	354

013119/17	DE MOITA VITURINO	30/06/2017	30/06/2017	Tocantinópolis (TO)	Retorno para Palmas (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
013121/17	AGNELO ROCHA NOGUEIRA SOARES	28/06/2017	30/06/2017	Palmas (TO)	Tocantinópolis (TO)	Veículo Oficial	2	354
		30/06/2017	30/06/2017	Tocantinópolis (TO)	Retorno para Palmas (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
013125/17	TELIO CARLOS DE OLIVEIRA	22/06/2017	23/06/2017	Palmas (TO)	Tocantinópolis (TO)	Veículo Oficial	1	177
		23/06/2017	23/06/2017	Tocantinópolis (TO)	Retorno para Palmas (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
013129/17	MARCOS ALVES TEIXEIRA	26/06/2017	30/06/2017	Dianópolis (TO)	Natividade (TO)	Veículo Oficial	4	708
		30/06/2017	30/06/2017	Natividade (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							4,5	796,5
013132/17	MARILENE PINTO DE ARAUJO	26/06/2017	30/06/2017	Dianópolis (TO)	Natividade (TO)	Veículo Oficial	4	708
		30/06/2017	30/06/2017	Natividade (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							4,5	796,5
013289/17	ALDERCIO DINIZ GUSMAO	26/06/2017	28/06/2017	Tocantinópolis (TO)	Luzinópolis (TO)	Veículo Oficial	2	354
		28/06/2017	28/06/2017	Luzinópolis (TO)	Retorno para Tocantinópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
013326/17	NEREU RIBEIRO SOARES JUNIOR	26/06/2017	26/06/2017	Palmas (TO)	Colinas do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0	0
		26/06/2017	26/06/2017	Colinas do Tocantins (TO)	Araguaína (TO)	Veículo Oficial	0	0
		26/06/2017	27/06/2017	Araguaína (TO)	Tocantinópolis (TO)	Veículo Oficial	1	177
		27/06/2017	27/06/2017	Tocantinópolis (TO)	Araguatins (TO)	Veículo Oficial	0	0
		27/06/2017	27/06/2017	Araguatins (TO)	Retorno para Palmas (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
013333/17-1C	ROGERS RIBEIRO VASCONCELOS	29/06/2017	01/07/2017	Dianópolis (TO)	Lavandeira (TO)	Veículo Oficial	2	354
		01/07/2017	01/07/2017	Lavandeira (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
013344/17	RANGEL ROCHA DA SILVA	26/06/2017	26/06/2017	Colinas do Tocantins (TO)	Itapiratins (TO)	Veículo Oficial	0	0
		26/06/2017	26/06/2017	Itapiratins (TO)	Retorno para Colinas do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0	0
Sub-Total							0	0
013528/17-1C	JAILSON CARVALHO SILVA	10/07/2017	10/07/2017	Araguaína (TO)	Campos Lindos (TO)	Veículo Oficial	0	0
		10/07/2017	11/07/2017	Campos Lindos (TO)	Goiatins (TO)	Veículo Oficial	1	177
		11/07/2017	12/07/2017	Goiatins (TO)	Barra do Ouro (TO)	Veículo Oficial	1	177

		12/07/2017	12/07/2017	Barra do Ouro (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
013628/17	FERNANDO CEZAR RODRIGUES POVOA	22/06/2017	23/06/2017	Dianópolis (TO)	Palmas (TO)	Veículo Oficial	1	200,6
		23/06/2017	23/06/2017	Palmas (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Rodoviário	0,5	100,3
Sub-Total							1,5	300,9
013630/17	FERNANDO CEZAR RODRIGUES POVOA	28/06/2017	28/06/2017	Dianópolis (TO)	Palmas (TO)	Rodoviário	0	0
		28/06/2017	28/06/2017	Palmas (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	100,3
Sub-Total							0,5	100,3
013637/17	NAIARA BARBARA DE AZEVEDO HOLANDA	27/06/2017	29/06/2017	Araguatins (TO)	Sítio Novo do Tocantins (TO)	Rodoviário	2	354
		29/06/2017	29/06/2017	Sítio Novo do Tocantins (TO)	Retorno para Araguaatins (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
039144/17	RENATO PABLO OLIVEIRA DE SOUSA	04/12/2017	05/12/2017	Tocantinópolis (TO)	Riachinho (TO)	Veículo Oficial	1	177
		05/12/2017	06/12/2017	Riachinho (TO)	Ananás (TO)	Veículo Oficial	1	177
		06/12/2017	07/12/2017	Ananás (TO)	Angico (TO)	Veículo Oficial	1	177
		07/12/2017	08/12/2017	Angico (TO)	Pau D´Arco (TO)	Veiculo Oficial	1	177
		08/12/2017	08/12/2017	Pau D´Arco (TO)	Retorno para Tocantinópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							4,5	796,5
039146/17	ALDERCIO DINIZ GUSMAO	07/12/2017	08/12/2017	Tocantinópolis (TO)	Maurilândia do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	1	177
		08/12/2017	08/12/2017	Maurilândia do Tocantins (TO)	São Bento do Tocantins (TO)	Veiculo Oficial	0	0
		08/12/2017	08/12/2017	São Bento do Tocantins (TO)	Retorno para Tocantinópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
039157/17	JAILSON CARVALHO SILVA	13/12/2017	14/12/2017	Araguaína (TO)	Xambioá (TO)	Veículo Oficial	1	177
		14/12/2017	14/12/2017	Xambioá (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Veiculo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
039178/17	DIORLEY FERNANDES DA SILVA	11/12/2017	13/12/2017	Araguatins (TO)	Itaguatins (TO)	Rodoviário	2	354
		13/12/2017	13/12/2017	Itaguatins (TO)	Retorno para Araguaatins (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
039180/17	DIORLEY FERNANDES DA SILVA	18/12/2017	20/12/2017	Araguatins (TO)	Itaguatins (TO)	Rodoviário	2	354
		20/12/2017	20/12/2017	Itaguatins (TO)	Retorno para Araguaatins (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
039186/17	DIORLEY FERNANDES DA SILVA	26/12/2017	28/12/2017	Araguatins (TO)	Itaguatins (TO)	Rodoviário	2	354
		28/12/2017	28/12/2017	Itaguatins (TO)	Retorno para Araguaatins (TO)	Rodoviário	0,5	88,5

Sub-Total							2,5	442,5
039270/17	SILVIA TATIANA SANTOS COSTA HASHIMOTO	06/12/2017	07/12/2017	Paraíso do Tocantins (TO)	Marianópolis do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	1	177
		07/12/2017	07/12/2017	Marianópolis do Tocantins (TO)	Retorno para Paraíso do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
039358/17	GISELI FERREIRA ALVES	11/12/2017	13/12/2017	Miracema do Tocantins (TO)	Pedro Afonso (TO)	Rodoviário	2	354
		13/12/2017	13/12/2017	Pedro Afonso (TO)	Retorno para Miracema do Tocantins (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
039393/17	SILAS BARBOSA CARVALHO	11/12/2017	11/12/2017	Palmas (TO)	Araguaína (TO)	Rodoviário	0	0
		11/12/2017	15/12/2017	Araguaína (TO)	Colinas do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	4	708
		15/12/2017	15/12/2017	Colinas do Tocantins (TO)	Araguaína (TO)	Veículo Oficial	0	0
		15/12/2017	15/12/2017	Araguaína (TO)	Retorno para Palmas (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							4,5	796,5
039587/17	FERNANDO BARROS SOUSA	26/12/2017	29/12/2017	Araguaína (TO)	Filadélfia (TO)	Rodoviário	3	531
		29/12/2017	29/12/2017	Filadélfia (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
039592/17	GUSTAVO HENRIQUE COELHO ASSUNCAO	26/12/2017	29/12/2017	Araguaína (TO)	Goiatins (TO)	Veículo Oficial	3	531
		29/12/2017	29/12/2017	Goiatins (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
039598/17	GUSTAVO ANDRE MARTINS DE SOUZA	18/12/2017	20/12/2017	Araguaína (TO)	Filadélfia (TO)	Rodoviário	2	354
		20/12/2017	20/12/2017	Filadélfia (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							2,5	442,5
039600/17-1C	GUSTAVO ANDRE MARTINS DE SOUZA	26/12/2017	27/12/2017	Araguaína (TO)	Filadélfia (TO)	Rodoviário	1	177
		27/12/2017	27/12/2017	Filadélfia (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
039630/17	WALGNEY ALVES FREITAS	26/12/2017	29/12/2017	Araguaína (TO)	Goiatins (TO)	Rodoviário	3	531
		29/12/2017	29/12/2017	Goiatins (TO)	Retorno para Araguaína (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
039680/17-1C	TAUANA LETICIA PEREIRA SANTANA	14/12/2017	15/12/2017	Porto Nacional (TO)	Novo Acordo (TO)	Rodoviário	1	177
		15/12/2017	15/12/2017	Novo Acordo (TO)	Retorno para Porto Nacional (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
039731/17-1C	ABIMAEI DIAS MATOS	13/12/2017	16/12/2017	Dianópolis (TO)	Taguatinga (TO)	Veículo Oficial	3	531
		16/12/2017	16/12/2017	Taguatinga (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5

Sub-Total							3,5	619,5
039740/17-1C	ROGERS RIBEIRO VASCONCELOS	13/12/2017	16/12/2017	Dianópolis (TO)	Taguatinga (TO)	Veículo Oficial	3	531
		16/12/2017	16/12/2017	Taguatinga (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
039746/17	FRANCIELLY RAYMARA SILVA BARBOSA	18/12/2017	22/12/2017	Dianópolis (TO)	Arraias (TO)	Veículo Oficial	4	708
		22/12/2017	22/12/2017	Arraias (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							4,5	796,5
039747/17	ABIMAEI DIAS MATOS	18/12/2017	22/12/2017	Dianópolis (TO)	Arraias (TO)	Veículo Oficial	4	708
		22/12/2017	22/12/2017	Arraias (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							4,5	796,5
039748/17-1C	GABRIEL CAMILO VARIANI	10/12/2017	11/12/2017	Gurupi (TO)	Palmas (TO)	Veículo Oficial	1	200,6
		11/12/2017	11/12/2017	Palmas (TO)	Retorno para Gurupi (TO)	Veículo Oficial	0,5	100,3
Sub-Total							1,5	300,9
039752/17-1C	CRISTIANE DE OLIVEIRA SANTOS	10/12/2017	11/12/2017	Gurupi (TO)	Palmas (TO)	Veículo Oficial	1	200,6
		11/12/2017	11/12/2017	Palmas (TO)	Retorno para Gurupi (TO)	Veículo Oficial	0,5	100,3
Sub-Total							1,5	300,9
039761/17	MARILENE PINTO DE ARAUJO	11/12/2017	14/12/2017	Dianópolis (TO)	Taguatinga (TO)	Rodoviário	3	531
		14/12/2017	14/12/2017	Taguatinga (TO)	Retorno para Dianópolis (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							3,5	619,5
039765/17-1C	MAIKO VINICIUS GONCALVES LINS MELO	10/12/2017	11/12/2017	Gurupi (TO)	Palmas (TO)	Veículo Oficial	1	200,6
		11/12/2017	11/12/2017	Palmas (TO)	Retorno para Gurupi (TO)	Veículo Oficial	0,5	100,3
Sub-Total							1,5	300,9
039838/17	TIAGO ALENCAR CRUZ	12/12/2017	13/12/2017	Araguatins (TO)	Esperantina (TO)	Veículo Oficial	1	177
		13/12/2017	13/12/2017	Esperantina (TO)	Retorno para Araguatins (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
039854/17	CICERO MARINHO LEAO JUNIOR	18/12/2017	19/12/2017	Araguatins (TO)	Sítio Novo do Tocantins (TO)	Rodoviário	1	177
		19/12/2017	19/12/2017	Sítio Novo do Tocantins (TO)	Retorno para Araguatins (TO)	Rodoviário	0,5	88,5
Sub-Total							1,5	265,5
039981/17	RENATO PABLO OLIVEIRA DE SOUSA	11/12/2017	12/12/2017	Tocantinópolis (TO)	Tupiratis (TO)	Veículo Oficial	1	177
		12/12/2017	13/12/2017	Tupiratis (TO)	Bandeirantes do Tocantins (TO)	Veículo Oficial	1	177
		13/12/2017	15/12/2017	Bandeirantes do Tocantins (TO)	Palmeirante (TO)	Veículo Oficial	2	354
		15/12/2017	15/12/2017	Palmeirante (TO)	Retorno para Tocantinópolis (TO)	Veículo Oficial	0,5	88,5

